

PAULINA CHIZIANE E A VOZ FEMININA MOÇAMBICANA ATRAVÉS DO TEXTO
LITERÁRIO

Érica Luciana de Souza Silva¹

Resumo: Ler os textos de Paulina Chiziane é se deparar com um universo cuja inventividade e criação subvertem as realidades nas quais texto e leitor estão inseridos. Uma dessas possibilidades se abre através de um dos conceitos defendidos por Édouard Glissant, o pensamento do tremor, como o que possibilita a leitura que se espalha em várias direções, em oposição à leitura de direção única, a qual estabelece “verdades absolutas”.

Palavras-chave: cânone; perspectiva; feminina; escrita.

ABSTRACT: To read Paulina Chiziane’s texts is to come across a universe whose inventiveness and creation subvert the realities in which the text itself, as well as its reader, are inserted. One of these possibilities opens itself through one of the concepts defined by Édouard Glissant, the trembling thinking, which enables reading to spread in multiple directions, in opposition to a single direction reading that establishes “absolute truths”.

Keywords: canon, perspective, female, writing.

1. Breves considerações sobre a literatura africana de autoria feminina

A literatura escrita por mulheres africanas é, acima de tudo, uma das grandes vitórias sobre os estigmas sociais e antropológicos consolidados no decorrer dos séculos, os quais acabaram por instituir “verdades absolutas” baseadas em preconceitos raciais e de gênero. São textos que permitem a subversão do cânone literário europeu através das variadas perspectivas sobre a realidade da mulher africana que ali se apresenta.

Nota-se que são obras que, mesmo antes de se iniciar a leitura, já trazem consigo todo um repertório que provoca a inquietude do leitor. Escritos que obrigam a quem os lê estender a visão circular até aonde o entendimento permite alcançar e passar além da própria dor para compreender as verdades que ali residem. Constituem-se como um elemento a mais na cadeia de textos que confrontam a formação canônica literária concebida pelas grandes universidades e a crítica europeia já que o cânone, por si mesmo, desponta-se como excludente e autoritário, embora importante para o estudo da literatura, pois a partir dele os críticos analisam as demais

¹ Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora e professora no Instituto Federal Fluminense.

formações literárias, tanto na perspectiva cultural, quanto na social. Originalmente, este “era constituído de textos escritos por autores masculinos, brancos, heterossexuais e de tradição judaico-cristã.” (BONNICI, 2011, p. 102).

A presença da mulher, principalmente a mulher negra africana, enquanto escritora, torna-se transgressora das verdades estabelecidas pelo cânone literário e por segmentos sociais específicos, os quais desconhecem, ou ignoram, a perspectiva feminina da literatura.

Eis a trama que envolve os textos africanos de autoria feminina: são aqueles que foram considerados por um longo período como periféricos porque fogem ao cânone literário europeu reconhecido pela crítica. Paulatinamente, são restringidos à margem da literatura oficial porque são oriundos de produções femininas e, finalmente, colocam-se em um espaço específico, como se fosse a margem da margem literária por serem produções de mulheres negras geradas em sociedades machistas e patriarcais.

Ao leitor se abre um longo caminho que precisa ser percorrido na tentativa de afastá-lo de sua zona de proteção cultural e, assim, mergulhar neste oceano de palavras doloridas que a todo momento engolem e atravessam os que se atrevem a navegar por essas águas turbulentas. É impossível ler os textos de escritoras negras africanas e não se deixar afetar por eles sem antes abandonar o olhar limitado e, enganosamente, único, travestido de verdade.

Paulina Chiziane é um dos principais destaques na tentativa de se fazer ouvir a voz da mulher, não apenas a moçambicana, através do texto literário que se constitui como o espaço da representação universal feminina, já que ali encontram-se transfiguradas as inúmeras e diversas faces e vozes há muito silenciadas. Assim, Chiziane configura-se como o estranho e o exilado dentro da própria casa, pois com a palavra enfrenta os diversos segmentos sociais e antropológicos que sustentam as diversas violências que se abatem sobre a mulher.

A autora procura resgatar a essência da moçambicana que ultrapassa as imagens rasas de esposa, mãe, subordinada, objeto de troca, instrumento de prazer e alça seus textos a uma categoria mais abrangente, cujo caráter universal se estende à tradução da dor e humilhação vivenciada por diversas mulheres em todo o mundo, principalmente as latino americanas que, embora, estejam inseridas em uma realidade mais democrática e tenham acesso ao mercado de trabalho, ainda sofrem com discriminações nos mais diversos contextos, os quais se

traduzem em violências das mais variadas, diferenças salariais e a tentativa de anulação de suas vozes e identidades.

2. Paulina Chiziane e as palavras que desafogam

Ler os textos de Paulina Chiziane é se deparar com uma literatura que transborda os limites ocidentais enrijecidos e traz para a arena da interpretação o verdadeiro papel social da mulher. Coloca em xeque “verdades absolutas” que não passam de uma relação social com o poder, cujo objetivo principal é a hierarquização de elementos e indivíduos em superior e inferior cujo fim principal é a dominação.

Assim, se tem no texto de Chiziane o que Édouard Glissant nomeia de pensamento arquipelágico ou pensamento do tremor, aquele que impede que as leituras e suas respectivas compreensões trilhem apenas uma direção já pré-estabelecida, mas espalha em todas as direções, “explode em todos os horizontes, em todos os sentidos [...] Ele distrai e desvia as imposições do pensamento de sistema.” (GLISSANT, 2014, p. 80). Em meio às explosões, as palavras arquipelágicas de Chiziane penetram no mundo patriarcal sem destruí-lo, mas modificando-o.

Ao construir a ideia de pensamento do tremor, Glissant escreve sobre a necessidade de alterar a maneira de agir e reagir no mundo; defende a possibilidade da permuta com o outro sem se perder ou deturpar sua identidade, crescendo e corroendo as bases da intolerância e do preconceito. Ainda de acordo com Glissant, os olhos do poeta, neste caso, da contadora de estórias, estão abertos, iluminados pelo sol, atravessando escuridões para prosseguir agindo no mundo de maneira que a ação seja também uma contra-ação, ou seja, que se enriqueça com suas próprias dúvidas para não cair na mesma armadilha de estereótipos coloniais e patriarcais, sendo que o vocábulo contra não possui conotação negativa, mas representa relação e resistência: “soprar com sopros diferentes, com o mesmo impulso.” (GLISSANT, 2014, p. 41).

Os textos de Paulina preenchem os espaços sociais e culturais nos quais as mulheres estão inseridas. Traz a consciência de que a paisagem feminina africana não se relaciona com a paisagem masculina ou a feminina europeia, exceto quanto aos estereótipos fortalecidos pela colonização. A partir deste reconhecimento, luta através das palavras para defender a

paisagem social que lhe é tão familiar e ao mesmo tempo sofrida. São estórias² de mulheres que, imersas dentro de suas tradições e costumes e, aparentemente submissas às regras patriarcais, problematizam as estruturas sociais e culturais rígidas demais para serem devastadas de uma única vez. A cada narrativa, uma nova e pequena investida ao que parecia ser inabalável no universo masculino e patriarcal africano.

Para entender tais críticas contumazes em seus romances, torna-se necessário conhecer e compreender a situação de Paulina Chiziane, enquanto escritora de textos femininos, em uma sociedade essencialmente patriarcal e patrilinear, analisando a forma como se estrutura o pensamento sobre sua obra, sendo, portanto, necessário refletir sobre a literatura africana, seu papel cultural e sua colocação frente à literatura europeia.

Os estereótipos oriundos dos binarismos estabelecidos pela colonização deram a consistência necessária para consolidar os ideais imperialistas embasados na falsa e violenta crença de superioridade cultural sobre os colonizados. Os romances europeus serviam bem a este propósito. Ao escreverem suas narrativas sobre as regiões mais afastadas a partir de suas perspectivas eurocêntricas, acabaram afirmando sua identidade, impondo-a aos demais. Assim se dá o violento processo de classificação entre “nós”, europeus superiores e “eles” africanos inferiores necessitados de salvação.

De acordo com Bauman, tais classificações nutrem o processo da violência inerente a todo sistema colonial, a qual justifica a exploração do colonizado pelo colono.

Classificar consiste nos atos de incluir e excluir. Cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades podem ser incluídas numa classe – *tornar-se uma classe* – apenas na medida em que outras entidades são excluídas, deixadas de fora. Invariavelmente, tal operação de inclusão/exclusão é um ato de violência perpetrado contra o mundo e requer o suporte de uma certa dose de coerção. (BAUMAN, 1999, p.11).

O pensamento ocidental destacou e elevou valores éticos e estéticos e os estabeleceu como marca distintiva entre o que era e o que não era literatura. Predominava uma universalidade branca que, insistentemente, recusava o múltiplo e o diverso e, como

² O vocábulo “estórias”, neste contexto, foi utilizado porque contextualiza efetivamente a maneira como Paulina Chiziane representa suas personagens. Como a própria autora já informou em ocasiões anteriores, muito do que ela escreve em seus textos sobre mulheres advém dos casos que ouvia e presenciava em seu bairro e em seu convívio diário com as mais diversas mulheres.

consequência, apagava e hierarquizava as diferenças entre as variadas nações e culturas, designando o que deveria e o que não deveria ser considerado literário.

Os europeus coloniais investem em ações que objetivam, unicamente, aniquilar as tradições, a cultura, a religião e a língua dos dominados. Não consideram, nem respeitam a memória dos demais povos, suas lembranças, seus ritos e suas produções. Tudo legitimado pelo humanismo racista europeu.

Estava, assim, construída a hierarquia social que se refletirá e prevalecerá nas colônias, no caso do presente estudo, especialmente em Moçambique: homem branco português (colono), que se sobressai ao homem negro africano (colonizado) e em um patamar ainda mais inferior, se apresentava a mulher africana subordinada ao homem, subserviente e, em quase todas as ocasiões, humilhada e violentada. Mulheres que, embora assumam posições culturais centrais, como a maternidade, se encontram completamente subordinadas ao homem: “Assim, de acordo com muitas que se concentram no patriarcado, as mulheres africanas são vistas como instrumentos em sistemas esmagadoramente constrictivos de dominação masculina.” (YUSUF, 2003, p. 3). Esse é o mundo colonial, maniqueísta, compartimentado, partido em dois cuja estruturação impõe submissão, opressão, exploração e inibição por parte dos dominantes aos dominados. Ambos se excluem e se opõem. “A espécie dirigente é primeiro aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, ‘os outros’”. (FANON, 2010, p. 57). Aos estrangeiros superiores, o domínio. Aos moçambicanos colonizados, o silêncio, a devastação social e econômica, a submissão.

Todavia, considerando que nenhuma realidade social é estática, houve a formação do discurso da resistência através de escritores africanos, dominantes de uma língua que, embora seja a do colonizador, tornou-se crioulezada, e os mesmos passaram a ser sujeitos de sua própria escrita, cientes de que a independência africana exigia uma literatura também africana e dotada de uma escrita anticolonial. Essa literatura, até então desconhecida do mundo ocidental, expõe o covarde sistema hierárquico que prevaleceu entre os povos dominados, tentando impor verdades, até então absolutas, as quais buscavam o controle social, político e cultural de um povo.

Nas últimas décadas é possível observar o crescimento de representações culturais, políticas e filosóficas que questionam a violenta supremacia europeia estabelecida e buscam

respostas para os males advindos de séculos de dominação e exploração colonial. A exemplo, tem-se o filósofo Jacques Derrida que dedicou seus estudos a compreensão dos eventos fonocêntrico, etnocêntricos e falocêntricos para sugerir o que ele denomina de processo de *desconstrução*.

Para Derrida a superioridade transcendental, aquela acima de qualquer questionamento, como as encontradas nas verdades absolutas, nos dogmas e nos tabus, é construída pela escrita através de jogos de sentido. Ainda afirma que é a leitura descentrada que permite desvendar esse jogo e questionar as verdades estabelecidas, ouvir as vozes à margem, observar um determinado evento a partir de uma perspectiva nunca antes experimentada.

Nesse contexto, abre-se espaço para o conceito de gênero enquanto construção social e cultural do feminino e do masculino e seus respectivos papéis sociais, dando ênfase à reflexão feminista a qual “aponta para os dois planos da hegemonia masculina: o das ideias e o das práticas sociais.” (DUARTE, 2002, p. 16).

A mulher, durante grande parte do processo histórico, foi constituída como o signo da alteridade e, portanto, da inferioridade.

[...] qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem... (BOURDIER, 2014, p. 130).

Aristóteles já afirmava que a mulher se caracteriza como tal devido a inúmeras deficiências qualitativas. Tal ideia será enfatizada mais tarde por Santo Tomás que defende a caracterização do gênero feminino como um homem incompleto.

Tais declarações comprovam que o mundo tradicional é essencialmente masculino e que a todo o momento a mulher é colocada em posição de subalternidade, nunca ocupando o mesmo patamar social destinado ao homem. “Os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições...” (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Virginia Woolf, em seu livro *Um teto todo seu*, levanta o questionamento acerca da necessidade que os homens possuem em inferiorizar e menosprezar a figura feminina dentro dos contextos socioculturais. O sentimento que melhor define esta relação se traduz em uma raiva disfarçada e complexa. A esta resposta, originou-se outra pergunta: qual o porquê desta

raiva, já que os homens dominam tudo: o poder, o dinheiro, a influência. “Com exceção da neblina, ele parecia controlar tudo. E mesmo assim estava com raiva.” (WOOLF, 1985, p. 46).

A conclusão a que chegou é que ao inferiorizar sistematicamente a figura feminina, o professor, o proprietário do jornal, o Ministro do Exterior, o juiz, o mundo patriarcal se preocupa e busca proteger a sua superioridade masculina. Exerce o domínio sobre uma nação ou sobre uma mulher para provar sua virilidade e ao atestar que os outros lhe são submissos, ou seja, inferiores, comprova-se, assim, sua posição privilegiada. Para eles, a mulher não passa de espelho que reflete, enganosamente, a figura masculina com o dobro do seu verdadeiro tamanho.

São séculos estabelecendo a naturalização das relações violentas de dominação masculina e enfatizando a ideia de que a figura feminina, enquanto o Outro, além de dependente da figura do homem, é a encarnação, ora do bem, ora do mal. Ela representa o bem quando é o “ser angelical”, amorosa, cuidadora do lar, da família e submissa à tradição patriarcal. O mal aparece nas figuras de feiticeiras, prostitutas, hereges e destruidora de lares, caracterizando o perigo e a ameaça ao mundo constituído sob o domínio do homem.

Em ambos os casos, o silêncio é o que lhe é reservado. Não há espaço para as representações femininas sob a perspectiva da mulher, a qual significa libertação do comportamento feminino infringido pela cultura dominante.

Modificar esta representação sobre o feminino é tarefa difícil e complexa, afinal o que está em jogo são as relações de dominação cristalizadas que garantem determinados privilégios unilaterais e arbitrários.

Tais concepções se encontram tão arraigadas no cerne da sociedade que influenciam a maneira como a ordem estabelecida é refletida. Prova disso é que para pensar a dominação masculina são utilizadas as próprias ideias de dominação.

...a dominação que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos [...] é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão” dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima” são resultantes das estruturas objetivas como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e contribuem para sua reprodução. (BOURDIEU, 2014, p. 63).

Se para a mulher ocidental fazer-se ouvida e lida já consiste em uma tarefa faraônica, para a mulher negra africana o mesmo ato, até então impensável há alguns anos atrás, atualmente, persiste em um percurso árido e penoso permeado pela violência doméstica, a obrigação de cuidar da família e ainda ajudar no sustento da casa.

Embora haja algumas regiões de Moçambique, especialmente o norte do país, em que prevalecem a matrilinearidade, tal fato não significa que o poder constituído seja matriarcal. A matrilinearidade é o sistema de sucessão familiar. Já o matriarcalismo consiste em um sistema governamental e social cujas tomadas de decisão não seriam pautadas na figura da mulher como a representação do outro, o diferente, e sim como um sujeito em igualdade de direitos e deveres. Contudo, o que se observa é que tanto em estruturas patrilineares quanto em estruturas matrilineares, a mulher não detém nenhuma autoridade sobre os filhos, nem sobre seus bens.

A igualdade plena de direitos e obrigações, elevando a mulher a mesma posição social, econômica e familiar do gênero masculino é o que garantiria um sistema governamental mais próximo do matriarcalismo. Mesmo sendo observado a presença de mulheres à frente das relações econômicas e sociais, o sistema prevalecente é o patriarcal, pois toda a estrutura que marca as deliberações e as decisões decorrentes são pautadas na estrutura organizada pelos homens: “Nós, mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade.” (Chiziane, 2013, p. 6).

Aqui, abre-se uma nova reflexão sobre o sistema social patriarcal que limita a ação da mulher africana, sem, no entanto, restringir sua capacidade por completo. Hoje, há alguns teóricos, como a Ph.D. em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres e Gênero na University of Warwick já citada neste trabalho, Bibi Bakare Yusuf, a qual concentra suas pesquisas nas relações de gênero e nas expressões culturais da juventude no mundo Africano, em que afirma que o patriarcado não é um sistema fixo e monolítico e que o mesmo não possui um princípio de organização ou uma lógica dominante, sendo a todo instante envolvido por tensões. Assim, ainda predominam as hierarquias sociais africanas, mas com fortes tendências à transformação e contestação, o que explicaria a presença, cada vez mais evidente, de mulheres

em cargos governamentais, feministas, escritoras, estudiosas e a presença crescente de meninas nas escolas.

Decorrente do processo de dominação portuguesa, havia uma clara e distinta oposição entre colonos e colonizados: “E, primeiro, a afirmação de princípio: ‘São eles ou nós’ não constitui um paradoxo, já que o colonialismo, como vimos, é justamente a organização de um mundo maniqueísta, de um mundo compartimentado. ” (FANON, 2010, p. 103). Esta polarização tradicional entre colono e colonizado também favorece e estimula a mesma oposição entre homem e mulher. Daí advém as ideias que nutrem o sistema patriarcal nas colônias.

A ideologia patriarcal pauta a relação desigual entre os sexos na justificativa que as mulheres são semelhantes à natureza e, portanto, necessitam ser controladas e domesticadas. Ainda estabelece a alienação feminina através da determinação de que apenas os homens podem se lançar ao mundo, enfrentar riscos. Essas características são definidoras do ser humano. À mulher, resta o espaço privado da casa, estimulando, continuamente, a alienação que naturaliza os processos de desigualdades e injustiças que permeiam este contexto social. Assim, aprofundam-se os abismos entre os gêneros, os quais afirmam os homens, por serem mais racionais, são superiores às mulheres.

No contexto da colonização africana esta situação se agrava ao se defrontar com a figura da mulher negra quando a mesma é rebaixada a simples ideia de objeto sexual, aquela que possui sangue quente, é promíscua e está pronta a servir o europeu colonizador. De acordo com Catherine Scott (1995, apud Isabel Casimiro, 2014, p. 136),

A colonização do continente Africano foi marcada por todos estes entendimentos, reproduzindo-se até aos nossos dias nas diversas concepções de desenvolvimento, de conhecimento, de indivíduo, etc., que foram sendo conceptualizadas, e na imagem que é difundida, sobretudo, acerca das mulheres. As definições, concepções e linguagem utilizadas para definir e descrever o desenvolvimento e os *outros*, próximos da natureza, foram ‘costuradas’ com significados masculinos e têm a sanção das preocupações masculinas (Scott, 1995: 6). (CASIMIRO, 2014, p. 136.).

Na obra *Usos e costumes bantu* pode-se observar a descrição de vários rituais comuns aos Tsongas, etnia majoritária em Moçambique, os quais estão permeados por elementos que

denotam a presença do domínio masculino sobre o feminino. Um desses rituais são as visitas de noivado, também chamadas de *kutrhekela* e *kukorhoka* quando os rapazes vão ao banho pela manhã utilizando a água que as raparigas buscaram cedo no lago. Após o banho, as moças untam o corpo dos rapazes com banha. Em seguida eles vão se divertir e descansar acompanhados das moças mais jovens, enquanto às mais velhas é destinado o preparo do banquete que alimentará os rapazes. Encerrada o momento da refeição dos rapazes, as moças seguem para o campo aonde trabalham até o fim do dia.

No outro dia pela manhã bem cedo, as mulheres desempenham atividades cujo único objetivo é servir como criadas a família do noivo. Tiram a cinza das lareiras, cortam lenha e acendem o fogo. Enquanto nos ritos de iniciação feminina a mulher é preparada para o casamento, para o lar e para o próprio ato sexual, ao homem cabe provar sua potência sexual e sua virilidade perante a noiva e as testemunhas, geralmente, anciãs.

Ensina-se a jovem a obedecer ao marido, a nunca lhe responder de má vontade, a ter sempre água quente preparada para as obulações quando ele regressa a casa e agradar-se sexualmente o marido. A jovem aprende a deitar-se ao lado de homem, sempre que se deseje. Aprende a administrar os bens comuns, a pilar o grão e peneirar, a cozinhar, cultivar os campos e a tratar dos filhos.

A jovem, nalgumas tribos, é submetida as mutilações dentárias, a perfuração de lábios, das orelhas, as tatuagens em relevo feitas com um ferro ou carvão incandescente ou pigmentado, faz-se tratamento do seu sexo. (CIPIRE, 1999, p. 44-45).

Esses rituais marcam o lugar da mulher como aquela que veio ao mundo unicamente para servir ao marido e sua família, reforçando o seu lugar de submissão e silenciamento. A figura feminina é aquela que abre mão de todos os direitos, inclusive o seu corpo, seu nome, o seu desejo, a sua herança e vive unicamente à sombra do esposo e de sua respectiva família. Como propriedade e objeto de servidão do marido, a mulher torna-se passível da violência doméstica e sexual, sem direito a questioná-las ou enfrentá-las, além de ter que se adequar a uma realidade tramada pelos homens.

Contudo, este não foi o cenário em que transcorreu a história antiga. Na obra *Mulheres pretas na antiguidade*, Ivan Van Sertirma afirma que em documentos encontrados no Vale do Nilo há referências claras à imagem de mulheres negras que eram proeminentes, tanto na realidade africana, quanto na mitologia grega. Figuras como da Andrômeda, filha do Rei Etíope Cepheus e esposa do lendário herói grego Perseu, e Circe, a feiticeira da Odisséia,

foram representadas em vasos gregos como sendo mulheres negras. Além deste fato, os documentos em questão apontam que algumas figuras femininas possuíam suas origens na Etiópia e as mesmas deram início a mais poderosa linhagem de Rainhas Pretas, as chamadas Candaces que, ao contrário das rainhas egípcias que eram importantes por serem mães e esposas de faraós, agora tornavam-se imperadoras independentes. Esse sistema de governo feminino independente se espalhou por toda a África, além de configurar como o continente em que há maior frequência de registro de realeza feminina, refletindo os padrões matriarcais africanos persistentes.

Alguns principais nomes podem ser citados como Makeda, a Rainha de Sabá, conhecida por sua extrema beleza e vasto império; mãe de Menelik, filho do Rei Salomão. Esta rainha tinha sob sua organização uma extensa rede de comércio. Há, ainda, nomes como a rainha Amanirenas, rainha egípcia guerreira que liderou o exército Kushita contra os romanos; a Rainha Tetisheri da 17^a Dinastia que sustentou a guerra contra os invasores Hicsos; a Rainha Ahmose Nefertere, a primeira a receber o título de Mulher Divina e ser Alto-Sacerdotisa de Amon; a rainha preta que se tornou Faraó Hatshepsut, que vestia trajes masculino, usava barbas e insistia que se todos se referissem a ela como ele. Organizou diversas expedições comerciais.

Importante também salientar o papel da Rainha Guerreira Nzinga, de Angola, que combateu os portugueses por toda a sua vida e, por isso, sofreu grandes represálias. Há ainda a rainha Yaa Asantewa que, em Gana, travou batalhas semelhantes a da Rainha Nzinga contra os britânicos. No livro de Sertima, encontra-se este episódio que envolve os homens da corte de Gana, os quais foram intimidados pelos britânicos. Como os mesmos não reagiram em defesa do reino, a rainha Yaa Asantewa convocou as mulheres que se dispusessem a lutar: “Se os Homens de Ashanti não irão para frente, então vamos nós. Nós, as Mulheres iremos.... Nós iremos combater os homens brancos.” (SERTIMA: 1984).

Um nome que desperta algumas discussões é o de Hipátia, cuja cadeira de filosofia manteve na Universidade de Alexandria. Foi considerada como a última grande cientista da antiguidade. Embora seja considerada como grega, sua linhagem familiar e seus hábitos cotidianos demonstram que ela era Afro-Egípcia. Mantinha, tanto publicamente, quanto em seus estudos científicos, a liberdade que era pertinente naquele contexto somente aos homens.

Sua vida científica dialogava com a tradição africana de mulheres egípcias de igualdade de direitos, o que era inacessível à mulher grega clássica.

A partir desses exemplos e de acordo com Larry Williams e Charles S. Finck, o matriarcado parece ser uma das mais antigas formas de organização social e teve sua evolução primeiro em África, tendo o patriarcado aparecido posteriormente e o suplantado. Contudo, as formas sociais matriarcais africanas ainda permanecem em alguns territórios do continente africano.

O texto literário, que até a pouco tempo atrás era considerado terreno exclusivo da figura masculina, vem se constituindo como uma espécie de manifestação artística dessa ancestralidade feminina. Embora tais produções ainda encontrem certa resistência pelos leitores em África, é através deles e neles que a luta contra as violências que se abatem sobre a mulher se efetivam e ganham força.

Ali a escrita feminina começa a deixar para trás a concepção de que o gênero feminino se constitui como um obstáculo e se apresenta como o grande divisor de águas entre o apagamento social e a reverberação da voz feminina. É o lugar em que os silêncios, as lacunas, as palavras não escritas se tornam marcas e registros daquilo que não conseguem registrar no universo feminino inserido na estrutura dominante.

O conceito do texto da mulher na zona selvagem é um jogo de abstração: na realidade à qual devemos nos dirigir como críticos, a escrita das mulheres é um “discurso de duas vozes” que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante. (LAURETIS, 1994, p. 50).

A literatura moçambicana escrita por mulheres traz o questionamento dessas convicções estabelecidas socialmente. A releitura da realidade a partir da outra margem. Aquela que não é considerada por uma extensa parcela masculina dominante e que é duplamente ignorada, tanto pelo viés da raça, quanto do gênero. Revela-se, assim, um conjunto polifônico com as mais variadas vozes moçambicanas consideradas marginais pelo contexto cultural africano e através do discurso imprimem a própria identidade feminina em uma sociedade regida por normas patriarcais e masculina.

Um dos aspectos destacados na literatura feminina moçambicana é que os debates envolvendo a identidade feminina, necessariamente, não devem estar ligados diretamente às teorias europeias para não trazerem consigo visões e tendência imperialista, as quais não

contribuem para a reflexão do papel da mulher na sociedade moçambicana, já que as realidades em questão são distintas e diversas. Falar sobre a realidade da mulher africana a partir desta perspectiva específica acaba se tornando um desafio, pois estes textos estabelecem um embate com as forças de poder já concretizadas, tanto pela colonização, quanto pela sociedade patriarcal.

3. Conclusão

Paulina Chiziane se insere no grupo de escritoras que lança luz à figura feminina obscurecida pelo contexto patriarcal e cuja objetividade é denunciar a situação de inferioridade a que são submetidas: “Nós mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade.” (CHIZIANE, 2013, p. 6). Ao falar a partir de sua perspectiva, enquanto mulher moçambicana, desconstrói os processos de masculinização social, além de afirmar a sua diferença com a inovação de quem transgride o lugar de quem fala através da escrita: “Pretendo revelar um pouco desta experiência sem falsidade nem superficialização, para quebrar o silêncio, para comunicar-me, para apelar à solidariedade e encorajamento das outras mulheres ou homens que acreditam que se pode construir um mundo melhor.” (CHIZIANE, 2013, p. 8). Assim, o novo lugar da mulher africana escritora é evidenciado como aquele que propicia a mudança de paradigmas da leitura de escritas femininas.

Encontrava uma grande contradição entre o mundo que me rodeava e o mundo que residia no meu íntimo. Senti necessidade de desabafar. Desabafar, lavando nas águas do rio, como fazia a minha mãe, já não fazia parte do meu mundo. As cantigas na hora de pilar não eram suficientes para libertar minha opressão e projectar a beleza do mundo que sonhava construir. Comecei a escrever minhas reflexões. (CHIZIANE, 2013, p. 11).

Ela desenvolve um olhar crítico, corajoso e questionador ao refletir sobre as relações de poder de Portugal sobre a colônia de Moçambique, exercício que a levará problematizar o lugar de submissão da mulher nesta sociedade, além de tocar em assuntos até então considerados tabus no universo feminino moçambicano, como alguns rituais, sexo e violência. Para isso, cria uma obra repleta de novos sentidos e que colocam em destaque personagens femininos e com eles amplifica as milhares de vozes femininas.

Com o seu texto sobre e de mulher, Paulina Chiziane permite ao leitor observar a questão a partir da outra margem do rio, talvez a terceira margem, como o fez Guimarães Rosa. Possivelmente uma margem circular, múltipla e em movimento constante, impulsionando o deslocamento do centro para as diversas localidades deste emaranhado social e, então, procura dimensionar os dilemas e angústias enfrentadas pela mulher moçambicana em uma sociedade essencialmente patriarcal, oriunda do sistema colonial.

Como seres de “fronteira” que são, entre a tradição e os sistemas culturais impostos pelos colonizadores, elas se movimentam reafirmando ou rejeitando os valores patriarcais em voga em Moçambique. Se, por um lado, a escritora espelha uma mulher sofrida, oprimida e decaída do ponto de vista simbólico, por outro ela nutre as suas personagens femininas de muita força, sabedoria e determinação. (MIRANDA, 2013, p.193).

Não é possível falar sobre o feminino em Paulina Chiziane sem tocar na questão da exclusão e da violência que são produtos de contextos histórico, social, antropológico e sociológico específicos e é entrecortada por várias outras violências como aquela advinda da guerra colonial e da guerra civil, a violência doméstica e a violência cuja origem é a miséria econômica e social. Todas elas possuem em sua base valores essencialmente masculinos, os quais insistem em silenciar e inferiorizar a mulher moçambicana.

A prosa de Paulina Chiziane, por meio de uma narrativa livre de tabus e de um lirismo advindo de uma estrutura discursiva específica que assume o tom confessional, “isto é, a narradora tece uma visão coerente do mundo, através das recordações e dos sentimentos das suas personagens...” (FERREIRA, 2013, p. 92) desloca o leitor do centro masculino ocidental e lhe apresenta diversas margens interpretativas até então não observadas.

Referências:

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. Vera Ribeiro. Revisão de trad. Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BAHULE, Cremildo. *Literatura feminina, literatura de purificação: o processo de Ascese da mulher na trilogia de Paulina Chiziane*. Maputo: Ndjira, 2013.

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*; trad. Marcus Penche. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre Villibor; PRADO, Márcio Roberto (Org.). *Margens instáveis: tensões entre teoria, crítica e história da literatura*. Maringá: Eduem, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kühner. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2014.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CASIMIRO, Isabel Maria. *Paz na terra, guerra em casa*. Recife: Editora UFPE, 2014.
- CIPIRE, Felizardo. *A educação tradicional em Moçambique*. 2ª ed. Maputo: Publicações Emedil, 1996.
- CHIZIANE, Paulina. *Eu, mulher... por uma nova visão do mundo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.
- CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. 2ª ed. Maputo: Ndjira, 2010.
- CHIZIANE, Paulina e MARTINS, Mariana. *Ngoma Yethu: o curandeiro e o novo testamento*. 2ª ed. Maputo: Matiko Editora, 2015.
- CHIZIANE, Paulina. *O sétimo juramento*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- CHIZIANE, Paulina e SILVA, Maria do Carmo da. *Na mão de Deus*. Maputo: Carmo Editora, 2012.
- CHIZIANE, Paulina. *Ventos do apocalipse*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis e BEZERRA, Kátia da Costa (Org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.
- DUARTE, Constância Lima e SCARPELLI, Marli Fantini (Org.). *Gênero e representação nas literaturas de Portugal e África*. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários: UFMG, 2002.

- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce A. Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literatura africana de autoria feminina: estudo de antologias poéticas*. Scripta, Belo Horizonte, v. 8, p. 283-296, 2º sem. 2004.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *O corpo feminino da nação*. Scripta, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 225-236, 1º sem. 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Trad. Enilce A. Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001.
- GLISSANT, Édouard. *O pensamento do tremor – La cohée du lamentin*. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Gallimard/Editora UFJF, 2014.
- IGLÉSIAS, Olga. Na entrada do novo milénio em África: que perspectivas para a Mulher Moçambicana? In.: *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Org.: MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos bantu – tomo 1*. Arquivo Histórico de Moçambique, Coleção Documentos 3.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOFORTE, Ana Maria. *Género e poder: entre os Tsonga de Moçambique*. Maputo: Promédia, 2000.
- MACEDO, Tânia. *Da voz quase silenciada à consciência da subalternidade: a literatura de autoria feminina em países africanos de língua oficial portuguesa*. Mulemba. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, pp. 4-13, jan/jul. 2010.
- MAFALDA, Ana. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.
- MARTINS, Catarina. *Corpos nus de mulheres negras: poéticas da violência/ poéticas da resistência*. 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos, UFSC. Florianópolis, 2017.

- MIRANDA, Maria Geralda de. *A África e o feminino em Paulina Chiziane*. Mulemba. *Rio de Janeiro*, v. 1, n° 2, pp. 62-70, jan/jul. 2010.
- MIRANDA, Maria Geralda de. *O alegre canto da perdiz, de Paulina Chiziane* (resenha). *O Marrare – Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa – UERJ*. N° 12, pp. 222-226, 1° sem. 2010.
- MIRANDA, Maria Geralda de e SECCO, Carmem Lúcia Tindó (Org.). *Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique*. Curitiba: Editora Appris, 2013.
- MOREIRA, Terezinha Taborda. *Silêncio e trauma na escrita literária de Paulina Chiziane*. *Revista LitCult*, 2016.
- NARCISO, Vanda Margarida de Jesus dos Santos. *Mulheres e terra: faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura da situação no distrito de Bobonaro no Timor Leste*. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- OSÓRIO, Conceição. *Sociedade matrilinear em Nampula. Estamos falando do passado? Outras vozes*. Moçambique, n°16. Maputo, agosto de 2006.
- PADILHA, Laura Cavalcante. *Bordejando a margem (escrita feminina, cânone africano e encenação de diferenças*. In.: *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Org.: MATA, Inocência e PADILHA, Laura Cavalcante. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- PEREIRA, Ianá Souza. *Vozes femininas de Moçambique*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.
- PINHO, Osmundo. *Descolonizando o feminismo em Moçambique*. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n° 3 Florianópolis Sept./Dec. 2012.
- ROCHA, Enilce Albergaria. *O delírio verbal Coutumier em Édouard Glissant: uma abordagem do romance “O sétimo juramento”, de Paulina Chiziane*. In: *Culturas e diásporas africanas*. Org.: ANDRADE, Danubia; DELGADO, Ignácio José Godinho; LAHNI, Cláudia Regina; MENEGAT, Elizete M.; ROCHA, Enilce A. Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- ROSÁRIO, Lourenço do. *Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALGADO, M. T. *Um olhar em direção à narrativa contemporânea moçambicana*. Scripta, v. 8, nº 15, pp. 297-307, 2004.

SANCHES, Clara Terra Benevides. *A resistência da subjetividade feminina: sobrevivendo à tradição*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SERTIMA, Ivan Van. *Mulheres pretas na antiguidade – Black women in antiquity*. Indiana University Library. New Jersey, 1984.

SILVA, Fábio Mário da. *O feminino nas literaturas africanas em língua portuguesa*. Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.